

Dia-a-dia

IDENTIFICAR TÍTULOS POR EXCLUSÃO NUNCA
Biblioteca

Caso Carlos Batista.

O julgamento dos assassinos do advogado Carlos Batista, que se arrasta na Justiça há quase 17 anos, foi desmembrado. **PÁG. 10**

Mapa. Número pode ser ainda maior, já que falta informação sobre a situação de vários bairros

Perigo ronda 23 mil pessoas que moram na Grande Vitória

São moradores de áreas onde não se poderia construir, pois oferecem riscos de alagamentos e deslizamentos

ELISANGELA BELLO
CARLA NASCIMENTO

Quem viu o drama de um vizinho ou se sensibilizou, por meio do noticiário, com a situação vivida por várias pessoas nestas chuvas, não imagina que muito mais gente está exposta a este tipo de risco em todo o Estado. Só na Grande Vitória, pelo menos 23 mil pessoas vivem, há anos, em locais onde não se poderia construir.

Eles estão expostos a deslizamentos de encostas ou a alagamentos, mas nem sempre têm seus endereços em ocupações irregulares. Bairros inteiros foram autorizados pelo poder público, que ainda se comprometeu em oferecer a infraestrutura necessária (água, esgoto e pavimentação), mesmo que a comunidade tivesse nascido numa área já condenada a conviver com esse tipo de problema.

Esse foi o caso de Pontal das Garças e Darly Santos, em Vila Velha, por exemplo, frutos de loteamentos criados na década de 90, por cooperativas de

moradores e que ocuparam um lugar que é, segundo a própria Prefeitura de Vila Velha, a bacia de ocupação do Rio Jucu, em caso de cheias.

Além dos exemplos acima, há outros que se formaram antes da publicação da lei 6.766, de 1979, que disciplinou o parcelamento do solo e proibiu a criação de loteamentos em áreas alagadiças ou terrenos com inclinação superior a 30%.

O número de pessoas em áreas de risco pode ser ainda maior, já que, falta informação sobre a situação de moradia em vários bairros, como é o caso de Cariacica, que ainda vai elaborar um mapa das áreas de risco da cidade.

Previsão é de mais chuvas hoje e amanhã

As chuvas devem continuar hoje e amanhã, no Estado. Segundo o coordenador do Centro Capixaba de Meteorologia e Recursos Hídricos do Estado (Cecam), José Geraldo Ferreira da Silva, a Defesa Civil já foi alertada sobre a possibilidade de chuvas fortes, hoje. A temperatura ficará entre 16 e 31°C. Amanhã, a

Na Serra, que está concluindo o seu Plano Municipal de Redução de Risco, existem, segundo a Defesa Civil, 38 áreas alagadiças e com encostas ocupadas.

Em Vitória, o mesmo estudo, concluído neste ano, apontou a necessidade de realocar os moradores de 135 casas, a maioria construída em áreas que oferecem risco de deslizamento, segundo a Secretaria de Obras do município.

VEJA NA WEB
Confira mais fotos desta reportagem no site www.gazetaonline.com.br/agazeta

máxima cairá para 27°C. O número de desalojados - pessoas que estão na casa de parentes -, em Vila Velha, dobrou ontem, passou de 3,6 mil para 7,1 mil. O escoamento da água na região da Grande Guaranhuns continua sendo feito por meio de seis bombas. O Rio Jucu, que já esteve 50 centímetros acima do canal, ontem estava apenas dois centímetros acima do nível esperado. Ao todo, 8.257 pessoas estão desalojadas e 645 estão desabrigadas no Estado.

Vítimas em potencial

Onde está e qual é a população da Grande Vitória que vive em áreas de risco

Vitória

O Plano Municipal de Redução de Risco da Capital apontou 135 casas que vão ter que ser realocadas. São cerca de 480 pessoas que estão, na maioria dos casos, em áreas onde podem ocorrer deslizamentos

BAIRROS ONDE HÁ PONTOS DE RISCO

Alagoano
Bela Vista
Morro da Capixaba
Caratoira
Jesus de Nazareth
Jucutuquara
M. do Macaco
M. do Moscoso
Comdusa
Conquista
Jaburu
Cruzamento
Morro Grande (S. Benedito, Bairro da Penha e Consolação)
Fonte Grande
Forte São João
Fradinhos
Inhagueta
Morro do Quadro
Romão
Santos Dumont
Santa Martha
São José e Santa Helena
Rio Branco (Ilha de S. Maria)
Piedade
Redenção

Serra

Áreas ocupadas de forma irregular e que são consideradas sob risco de alagamento ou de deslizamento

ÁREAS SOB RISCO DE DEZAMBAMENTO/DESLIZAMENTO

Proximidades do Córrego São Diogo, em Novo Horizonte
Vila Nova de Colares próx. ao Cór. Irema em Feu Rosa
Anchieta II
Jardim Tropical
Nova Almeida
Planalto Serrano
Nova Carapina
Solar de Anchieta e Jacaraípe
São cerca de 6 mil pessoas em áreas passíveis de deslizamento de encostas ou de alagamento

Cariacica

A prefeitura não soube estimar quantas pessoas estão em áreas de risco, mas listou os bairros atingidos

ALAGAMENTOS

Flor de Piranema
Novo Horizonte
Operário
Vila Rica
Jardim Botânico
Rio Marinho
Jardim Alah
Cordovil

DESLIZAMENTOS

Itaquari
Alto Lage
Castelo Branco
Nova Canaã
Porto de Santana

Vila Velha

De acordo com a Defesa Civil Estadual, já são 3,6 mil desalojados no município em função das chuvas. Mas existem na cidade 43 assentamentos precários (em margens de mangue ou córregos) e 26 loteamentos irregulares, segundo a prefeitura

ÁREAS PASSÍVEIS DE ALAGAMENTOS

Somando as populações de Pontal das Garças, Darly Santos, Santa Rita, Cobi de baixo e 1º de Maio, são mais de 16,5 mil pessoas em áreas passíveis de alagamentos

ÁREAS PASSÍVEIS DE ALAGAMENTOS

As populações de Jardim Marilândia e Cobilândia não estão em áreas irregulares, mas sofrem a influência da ocupação em bairros vizinhos. Os bairros Vila Guaranhuns e Nova Itaparica também ficaram alagados

RISCO DE DESLIZAMENTO

Segundo a Defesa Civil do município também sofreram com risco de deslizamentos:
Cobi de Cima
Cobi de Baixo
Jaburuna
Pedra dos Búzios

30% das casas são erguidas sem projeto

■ Além de construir em áreas que oferecem risco no período de chuva, boa parte da população ainda o faz sem nenhuma orientação técnica. Ou seja, se não for atingida pela água ou por deslizamentos de terra, muitas casas oferecem risco por terem sido erguidas sem projeto: podem cair porque não foram construídas direito.

Dados do Conselho Regional de Engenharia mostram que do total de obras de engenharia civil fiscalizadas no Estado entre 2006 e 2008 (mais de 52 mil edificações), quase 30% não possuía responsável ou orientação técnica. O percentual equivale a mais de 15,3 mil construções.

Diante do problema, o conselho propôs a vários municípios uma parceria para a implantação de um programa de engenharia e arquitetura pública, que oferecesse à população de baixa renda o projeto básico para construção e formas de regularização dos imóveis já existentes. Até o momento, só a Prefeitura da Serra, na Grande Vitória, pretende implementar o programa.

Fiscalização

■ **Vitória:** uma equipe de 30 técnicos atua no trabalho de conscientização em áreas de encostas. Se o problema persiste, o grupo notifica o morador e repassa a situação para a equipe de 22 fiscais. Se ainda assim o morador permanece, a prefeitura recorre à Justiça

■ **Vila Velha:** segundo o secretário de Desenvolvimento Urbano, Magno Pires, "nenhum loteamento foi aprovado" nos últimos oito anos, e que existe "uma patrulha constante" nos canais para evitar novas ocupações de margens. Mais de 200 famílias foram realocadas

■ **Cariacica:** a cidade não possui plano de redução de riscos, mas o plano diretor apontou mais de 30 áreas com problemas. Enquanto o plano não fica pronto, a prefeitura tem feito um levantamento com o Ministério Público para verificar irregularidades em cada loteamento a cada três meses

■ **Serra:** o município possui, desde 1996, um Grupo de Combate às Obras Irregulares (GCOI). Só neste ano, 349 demolições foram realizadas e várias famílias realocadas



Com água na canela e a filha nas costas

■ A auxiliar administrativo Jussara Silva Zanitt, 40, precisou ir para a casa de paren-

tes, com a filha de oito anos nas costas, ontem. Ela estava há uma semana sem trabalhar, porque não conseguia sair de casa. A família se mudou para o andar de cima, onde mora o irmão de Jussara, para evitar o contato direto

com a água da chuva, mas todos estão praticamente ilhados. "A água atingiu cerca de 40 centímetros dentro da nossa casa. Perdemos móveis, até a geladeira caiu", diz Maria Marta Guimarães Santos, 60, mãe de Jussara.

Pontal: projeto custa caro

■ O bairro Pontal das Garças surgiu na década de 90 sob a promessa de um projeto de drenagem e de melhorias que nunca se confirmaram, numa área que antes era ocupada por um braço do Rio Jucu. Neste ano, a obra de conclusão da elevação das ruas foi embargada pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente (Iema). Segundo o secretário de Desenvolvimento Urbano de Vila Velha, Magno Pires, a saída para o bairro seria a implantação de um projeto urbanístico, que é caro e só poderia ser feito com ajuda do governo federal ou estadual.

Escolas encerram ano letivo

■ Alunos de três escolas de Vila Velha, usadas como abrigo, estão sendo liberados antes do fim do ano letivo. As aulas, que iriam até o dia 12, foram encerradas ontem para os alunos com 75% de frequência e rendimento escolar satisfatório. Os demais vão permanecer em atividades até o dia 12. Já os estudantes das escolas na região da Grande Cobi-lândia, que ficaram sem aulas por causa dos alagamentos, só entram em férias no dia 19.

Situação de emergência negada de novo

Vila Velha enviou pedido ontem, mas, segundo a Defesa Civil, ele não atende às exigências

■ Mais uma vez, não foi possível homologar a situação de emergência, em Vila Velha. A prefeitura chegou a encaminhar, ontem, um documento, solicitando providências ao governo do Estado. Mas o relatório não atendeu aos padrões exigidos pela legislação, segundo a Defesa Civil. En-

quanto isso, o prefeito Max Filho esteve em Brasília para pedir ajuda ao governo federal.

No documento encaminhado ao governador, estão as medidas tomadas pelo município, nos últimos dias, para controlar os estragos causados pela chuva, e um estudo que aponta as ações necessárias a médio e a longo prazo para resolver definitivamente a situação.

Entre as possíveis soluções técnicas para a dificuldade de escoamento de água na Bacia do Guaranhuns, está o desassoreamento do canal, o au-

mento da largura dele, e a construção de uma estação de bombeamento de água.

Segundo o assessor técnico da Secretaria Municipal de Obras, Roberto Médice, o investimento seria da ordem de R\$ 39,5 milhões. "É uma intervenção que o município não tem condições de arcar sozinho", admite.

Mas o major André Có Silva, coordenador adjunto da Defesa Civil, diz que a prefeitura não seguiu o procedimento previsto na legislação, portanto, o laudo recomendando a homologa-

ção do Estado de Emergência não pôde ser emitido.

"Na segunda-feira, uma equipe da Defesa Civil orientou a prefeitura sobre a forma como o relatório deveria ser confeccionado. Mas não recebemos uma cópia do documento. Para ser homologado, é preciso ter uma cópia do decreto de Estado de Emergência, um relatório com avaliação de danos, uma mapa das áreas afetadas, fotos e a declaração municipal de atuação emergencial. Não sei porque isso não foi feito. Mas, fora is-

so, não há empecilho para a homologação", diz.

Max Filho não foi localizado para comentar o assunto. A assessoria de imprensa da prefeitura informou que ele estava em Brasília para pedir a liberação do uso do FGTS para os moradores que precisam reconstruir suas casas, e sugerir uma Medida Provisória para que os benefícios do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais às Vítimas de Acidente de Transito (DP-VAT) sejam estendidos aos danos materiais sofridos por veículos no período da enchente.

Possíveis soluções

■ **Medidas a médio e longo prazo:** Desassorear o Canal de Guaranhuns, aumentar sua largura, dobrar a capacidade do bueiro do canal que passa sob a Rodovia Darly Santos, instalar uma estação de bombeamento de água em oito comportas na região

■ **Custo de implantação:** R\$ 39,5 milhões

■ **Período necessário para a implantação:** entre 10 e 12 meses